



“A CAÇA POR TRAFICANTES NÃO PARA!”: COMO OS TELEJORNALISTAS POLICIAIS REPRESENTAM O TRÁFICO DE DROGAS

“THE HUNT FOR DRUG DEALERS DOESN’T STOP!”: HOW POLICE JOURNALISTS REPRESENT DRUG TRAFFICKING

Carlos Augusto Sousa Dantas***

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

 <https://orcid.org/0000-0002-4791-6660>
gutosdantass@gmail.com

Carlos Alberto Sousa Dantas*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

 <https://orcid.org/0000-0001-7843-208X>
betosousadantass@gmail.com

Luci Mara Bertoni**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

 <https://orcid.org/0000-0002-3100-1351>
profaluci@uesb.edu.br

RESUMO: Apresentamos a análise das representações sociais do telejornalismo policial a respeito do traficante de drogas ilícitas, bem como da memória implicada nesse processo. Verificamos que os telejornalistas se ancoram em categorias naturalizantes da criminalidade, convertendo-a em algo intrínseco aos espaços das favelas e à natureza dos “criminosos”, legitimando a atuação policial arbitrária sobre eles

*** Doutor e mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduado em Direito (UESB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Políticas, Alcool e Drogas (GePAD). Pós -doutorado Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com bolsa.

* Doutorando e mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

** Doutorado em Educação Escolar (UNESP). Pós-doutorado na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade de Santiago de Compostela (USC/Espanha). Atualmente, é Professora Plena do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e Docente no Programa de Pós Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB - no campus de Vitória da Conquista, onde exerce a função de coordenadora.

investida. Observamos o papel generativo dos *themata* natureza/cultura, ao oferecerem os domínios metafóricos para essas representações.

PALAVRAS-CHAVE: Traficante de drogas; telejornalismo policial; representações sociais; *themata*.

ABSTRACT: We present an analysis of the social representations in police journalism regarding illegal drug dealers, as well as the memory involved in this process. We found that journalists rely on naturalizing categories of criminality, portraying it as something intrinsic to the areas of favelas and the nature of "criminals," thereby legitimizing arbitrary police actions against them. We observe the generative role of the nature/culture themes, as they provide the metaphorical domains for these representations.

KEYWORDS: Drug dealer; police journalism; social representations; *themata*.

INTRODUÇÃO

Esse artigo decorre de uma pesquisa de doutorado na qual analisamos as memórias e representações sociais compartilhadas pelo telejornalismo policial sobre o traficante de drogas e sua recepção pelo público. Em tal ocasião verificamos como o conteúdo veiculado em programas desse gênero serve de referencial à familiarização da audiência com o tráfico, orientando ideias e imagens afins sobre o que é o tráfico de drogas, “quem é” o traficante e sobre como o Estado deve “resolver” a questão. Pudemos perceber que um elemento central do referencial de pensamento compartilhado pelo telejornalismo se refere a naturalização da criminalidade, mediante o investimento de um discurso sobre tráfico que o concebe como uma prática preferencial de pessoas pobres e negras e concentrada sobre o espaço das favelas. O recurso às categorias naturalizadoras se expressa em processos de metaforização que explicitam na linguagem formas radicais de interpretação dos conflitos criminais, e ao invés de simples questão linguística, traduzem visões de mundo incidentes na legitimação da atuação policial seletiva e violenta face ao tráfico de drogas. Acreditamos que essa naturalização de figuras e práticas criminais pode explicar a construção de uma imagem tipificada do traficante de drogas, mas também a justificação midiática da política repressiva dispensada ao comércio de drogas ilícitas, razão pela qual, aprofundar a discussão pode lançar luz sobre a compreensão dos fenômenos psicossociais subjacentes a esse processo de criminalização. Nesse sentido, focalizamos nesse artigo a análise e discussão dos resultados da pesquisa, referentes as categorias naturalizadoras nas quais se ancora o telejornalismo policial, a fim de evidenciarmos como noções de senso comum manifestas na linguagem desses

programas e compartilhadas no pensamento social possibilitam a comunicação e o posicionamento em relação ao tráfico de drogas.

O tráfico emerge como uma das principais pautas da cobertura jornalística “policialesca” do rádio e da televisão nas 5 regiões do país, ficando atrás somente dos roubos e homicídios (VARJÃO, 2016). Nessa direção, nos debruçamos sobre os telejornais policiais *Brasil Urgente (BU)* e *Cidade Alerta (CA)*. Ambos são transmitidos diariamente na TV aberta e alcançam os maiores índices de audiência dentro do gênero (KANTAR IBOPE MEDIA, 2018), sendo o *Brasil Urgente* veiculado pela Rede Bandeirantes e o *Cidade Alerta* pela Rede Record. Com formatos semelhantes, tais telejornais privilegiam as narrativas das agências de segurança, clamando por severidade penal e pela conservação de valores tradicionais associados à ordem familiar e religiosa (RIBEIRO, 2020; ROMÃO; OSMO, 2021). Pautado em uma autoimagem de defesa social e na busca por adesão emocional e ideológica dos espectadores, o telejornalismo policial sintetiza e repercute interesses e expectativas presentes no universo de sua audiência, contribuindo, mediante a sua posição de visibilidade, para dar publicidade e autoridade moral a valores e visões de mundo supostamente “hegemônicas”; para validar julgamentos e soluções moralistas e antidemocráticas para as questões criminais (RIBEIRO, 2020).

Tomamos como critério temporal de análise o ano de 2018, quando o governo Temer (2016-2019) perpetrou uma intervenção federal no Rio de Janeiro sob a justificativa de combater o “crime organizado” – uma categoria abstrata, então adotada para apreender o tráfico de drogas (GODINHO, 2018). O ano de 2018 foi cenário de cristalização de um neoliberalismo autoritário, abarcando as políticas neoliberais de preferência do mercado em face do sucateamento de direitos sociais e a militarização, promovidas pelo governo Temer e seu compasso com a ascensão do “bolsonarismo”, através da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro à Presidência da República (ANDRADE; CORTÊS; ALMEIDA, 2021; ANDRADE, 2020). O neoliberalismo autoritário se desenvolvia recorrendo ao autoritarismo que vai além da “força bruta”, mas que nela se apoia para construir “inimigos internos” sobre a imagem das minorias, de modo a encarcerá-las massivamente ou exterminá-las como excedentes não rentáveis (ANDRADE; CORTÊS; ALMEIDA, 2021; ANDRADE, 2020).

No Brasil, a repressão ao tráfico é responsável pelo ingresso de 20, 28% da população carcerária no sistema prisional (INFOPEN, 2019). Este comércio ilegal é operado por mais de uma rede envolvendo varejo e atacado, das quais participam grupos

que variam em tamanho, lucros e riscos assumidos por seus integrantes (HIRATA; GRILLO, 2019). Trata-se de um comércio dinâmico e segmentar no qual os atores e grupos mudam, desaparecem e se ramificam sob novas formas constantemente (HIRATA; GRILLO, 2019; BARBOSA, 2006). Entretanto, ao acompanhar as agências de segurança que operam um recorte sobre essa complexidade, elegendo prioritariamente o varejo de drogas como seu alvo, sobretudo aquele realizado nas favelas (VIANNA; NEVES, 2011), o telejornalismo policial corrobora para eclipsar outros segmentos do tráfico como o chamado “de pista”, menos sujeito à repressão policial devido a sua realização por atores das classes médias nos espaços de sua socialização (GRILLO, 2008). Tal cobertura midiática é marcada pela violação de direitos, dentre as quais se destacam a “exposição indevida de pessoas” e o “desrespeito à presunção de inocência”, sobretudo em relação às pessoas negras, sejam elas “suspeitas” ou “vítimas” das situações criminais relatadas (VARJÃO, 2016, p. 24). Nesse passo, o telejornalismo policial opera a transmissão ao vivo da atuação policial utilizando uma linguagem dramática, polarizadora e opinativa, que valoriza a emoção em lugar da informação (RIBEIRO, 2020; ROMÃO; OSMO, 2021; ZEILMANN, 2022).

Segundo Fábio Ribeiro (2020, p. 254, 237), “com essa necessidade de comunicação rápida, enfática e ao mesmo tempo agradável, inevitavelmente impera o lugar comum, isto é, os raciocínios pré-constituídos”, de modo que os telejornalistas podem mais facilmente atender e se aproximar dos diversos “elementos bastante difundidos no senso comum brasileiro” que acreditam ser compartilhados por seu público e que são supostamente capazes de investi-los da condição de “porta-vozes” da população (RIBEIRO, 2020, p. 254, 237). Conforme compreendemos, o recurso ao senso comum para comunicar sobre o universo criminal instiga a ancoragem em categorias previamente conhecidas (PASSIANI; TEIXEIRA, 2019), dando lugar a teorias de senso comum, chamadas por Serge Moscovici ([2000] 2020), de representações sociais. As representações sociais correspondem a formas consensuais de conhecimento construídas no cotidiano das comunicações entre indivíduos e grupos a fim de superar a margem de estranheza de determinadas ideias, acontecimentos ou objetos não familiares e assegurar, portanto, a comunicação e a ação sobre estes (MOSCOVICI, [2000] 2020). A memória desempenha um papel fundamental nesse processo, ao investir as representações de solidez, deixando-as protegidas de modificações súbitas, e oferecendo uma “certa dose de independência dos acontecimentos atuais” (MOSCOVICI, [2000] 2020, p. 78).

Nesse passo, trabalhos focalizando a memória nas representações sociais consideram que as representações são elaboradas na interação grupal, apoiadas, portanto, na memória coletiva dos grupos onde são construídas, mas também nos conteúdos de passado mais estáveis e de onde a memória coletiva desses grupos extrai a sua vitalidade (JODELET; HAAS, 2019). Na esteira desse pensamento, esses estudos observaram relações de “parentesco” ou homologia entre a Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici e a teoria da memória social e coletiva de Maurice Halbwachs ([1925] 2004; [1950] 1990). Em linhas gerais, para Maurice Halbwachs ([1925] 2004), a memória coletiva compartilhada por um grupo adquire concreticidade em quadros sociais mais amplos (como a linguagem, o tempo, o espaço, a classe social, a família, a religião) nos quais ancora suas recordações. Assim, tais quadros corresponderiam a uma cadeia de ideias gerais compartilhadas entre os diferentes grupos sociais e, ao mesmo tempo, a representações concretas de acontecimentos, pessoas, objetos etc compartilhadas no interior desses grupos (HALBWACHS [1925] 2004).

A relação entre os quadros sociais da memória e as representações sociais é assegurada, dentre outros processos, pela atividade de ancoragem e objetivação das representações. Segundo Moscovici ([2000] 2020), na ancoragem o “estranho” é transferido para nosso sistema de categorias e comparado aos paradigmas e noções nele encontrados, ao passo que na objetivação o conteúdo categorizado é exteriorizado sob a forma de conceitos ou imagens. Na ancoragem, a memória se dirigiria “para dentro” a fim de “procurar” os paradigmas e noções pelos quais o “estranho” pode parecer mais conhecido (MOSCOVICI, [2000] 2020). Nesse processo, os quadros sociais atuariam oferecendo desde a linguagem aos valores, conhecimentos e outros referenciais com os quais o não familiar é comparado, reconhecido e classificado. Ao passo que, na objetivação, a memória se dirigiria “para fora”, acrescentando à realidade o resultado da familiarização (MOSCOVICI, [2000] 2020).

A dinâmica de familiarização com o tráfico de drogas na mídia é trabalhada por pesquisas no campo da TRS nos últimos dez anos, tendo como *corpus* comunicações textuais da imprensa (SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020; SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018; OLIVEIRA ET AL, 2015; RODRIGUES; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015). Inscrito como objeto relevante no polissêmico campo representacional das drogas, os traficantes despontam na imprensa como “verdadeiros inimigos públicos e relacionados a problemas como a violência urbana e situações de vulnerabilidade social” (SOUSA, SANTOS, APOSTOLIDIS, 2020, p. 13) - um campo representacional,

portanto, capaz de fornecer insumos para a elaboração de representações sociais atuantes nos modos como as pessoas se comunicam e agem sobre tais personagens. Desse lado, nosso trabalho pode contribuir para a compreensão do papel das mídias na construção de noções e imagens sobre o tráfico de drogas, tendo por foco a análise do fenômeno a partir de sua veiculação por um segmento midiático audiovisual específico, o telejornalismo policial. Também pode contribuir para o estudo do tema o fato de nossa análise compreender a dimensão visual das comunicações.

O papel desempenhado pelo telejornalismo policial na publicidade e difusão de concepções sobre o universo criminal, no qual se insere o tráfico de drogas, torna pertinente o estudo de tais concepções e dos referenciais de pensamento nos quais se fundamentam. Nesse caminho, traçamos como objetivo desse trabalho a análise das memórias e representações sociais compartilhadas pelo telejornalismo policial sobre o traficante de drogas, a partir da qual buscaremos identificar e analisar os conteúdos de suas representações, o modo como os telejornalistas se ancoram a fim de se familiarizarem com o tráfico de drogas e com a repressão a esse comércio, assim como as objetivações construídas pelo grupo.



www.revistafenix.pro.br

MÉTODO

Para coletarmos os dados, operamos uma busca nos canais do *Brasil Urgente* e do *Cidade Alerta* hospedados na plataforma do Youtube, utilizando os descritores “tráfico” e “drogas” e o critério temporal do ano de 2018, a partir da qual obtivemos 143 reportagens sobre a temática, sendo 33 delas veiculadas na televisão pelo *Cidade Alerta* e 110 pelo *Brasil Urgente*. Em seguida, procedemos a uma Análise de Imagens em Movimento – AIM, desenvolvida por Diane Rose (2007) para a análise de representações sociais compartilhadas na televisão, enquanto uma forma de análise de conteúdo que compreende não somente a dimensão verbal, como também a dimensão visual das comunicações.

Nesse passo, realizamos a translação, correspondente à etapa de descrição e transcrição das reportagens, na qual as assistimos integralmente e descrevemos seu conteúdo verbal (o discurso dos atores) e visual (manchetes e imagens de cenários, atores, objetos relevantes etc). Devido ao fato de uma única reportagem possuir dezenas de tomadas, compositoras de um número menor de cenas, para tornar o estudo viável e representativo (ROSE, 2007), definimos tais “cenas” enquanto as unidades da análise,

compreendendo-as enquanto uma série de tomadas desenvolvidas em um mesmo tempo narrativo ou cenário. Para sintonizarmos a dimensão visual e verbal das cenas e apresentá-las ao leitor conforme a simultaneidade e linearidade em que foram exibidas, procuramos transcrever o conteúdo em colunas paralelas, posicionando, do lado esquerdo, a descrição das imagens e do lado direito a dimensão verbal. As citações ilustrativas que utilizamos no artigo obedecem a esse formato, exceto quando a sua reprodução nesses moldes poderia comprometer a fluidez do artigo, caso no qual reproduzimos somente trechos verbais ou textuais das cenas.

Contabilizamos as unidades de registro com o objetivo de verificar a sua frequência de emergência por um prisma qualitativo ao invés de quantitativo, isto é, os números podem ser lidos também como signos, denotativos de predomínio, carência ou insistência (ROSE, 2007). Após o registro das unidades temáticas, organizamos o conteúdo codificado em categorias. Do total de cenas codificadas (278 cenas), selecionamos para este trabalho as unidades que contemplam os objetivos do artigo, compreendendo as cenas referentes ao tema “naturalização” (24 cenas). Subsidiomos a análise da categoria “naturalização” com o registro de informações relativas às todas as reportagens, como o objeto da narrativa e as práticas criminais e ou violentas que aparecem associadas ao tráfico, bem como, apresentamos o registro dos cenários onde se desenrolaram as 278 cenas codificadas.

Quanto aos procedimentos de validação, por se tratar de dados resultantes de uma pesquisa “individualizada” desenvolvida no âmbito do doutorado, a confiabilidade da categorização foi testada pelo mesmo codificador (pesquisador) em dois contextos distintos, visando a estabilidade na elaboração da categorização (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). Para tanto, obedecendo aos mesmos procedimentos de codificação, o material de análise foi submetido duas vezes à AIM, em um intervalo de 3 meses, na segunda vez sem consulta à codificação realizada anteriormente. Em seguida, foram comparadas as categorizações e revisados os casos incongruentes. Nesse sentido, na segunda codificação, houve a necessidade de inclusão de novas cenas (4 cenas) nas unidades temáticas registradas e mudanças no título descritivo das unidades:

Tabela 1. Procedimento de validação interna

1ª Codificação	Unidades temáticas	Nº de unidades	2ª Codificação	Unidades temáticas	Nº de unidades

A	Atuação policial contra o tráfico	180	A	Eficácia policial contra o “perigo” do tráfico	182
B	Desumanização	22	B	Naturalização	24
C	Nomeações do tráfico	62	C	Nomeações do tráfico	62
D	Relativização da suspeita	10	D	Relativização da suspeita	10

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Embora a confiabilidade e objetividade das categorias não tenha sido verificada externamente seguindo o mesmo procedimento, solicitamos que um dos autores do artigo revisasse a categorização, dispondo das reportagens coletadas e da tabela de cenas registradas mediante a minutagem. Desta feita, não verificamos discrepância quanto ao número e teor das unidades registradas, mas diferenças na descrição dos títulos atribuídos, que todavia não divergiam, senão apresentavam formas sinônimas ou similares de titulação. Após avaliação e discussão conjunta, optamos pela manutenção dos títulos conforme a codificação 2. Acreditamos que a semelhança na codificação se deve ao fato de ambos os codificadores partilharem de um referencial comum de pesquisa, estarem situados em um mesmo grupo de pesquisa e dedicarem-se ao estudo do objeto “drogas”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A temática do tráfico de drogas emerge nas reportagens analisadas a partir de narrativas de criminalização das drogas e de repressão ao seu comércio, consistentes, principalmente, na cobertura de prisões de suspeitos de tráfico (24% das reportagens), nas operações policiais de vasculha em favelas (13%) e de cumprimento de mandados de prisão ou de busca e apreensão (12%). A diferença entre as operações de “vasculha” e as de cumprimento de mandados é que enquanto a última tem como objeto indivíduos e locais previamente determinados, as “vasculhas” costumam ter por objeto uma ou algumas favelas onde a atividade de tráfico é suspeita, notória ou denunciada por moradores. Nelas, qualquer residência ou indivíduo é potencialmente suspeito. Nas “vasculhas”, os policiais percorrem armados as ruas das favelas revistando os indivíduos encontrados em seu caminho (na maioria das reportagens de “vasculhas”, homens jovens e negros, salvo uma exceção onde uma mulher é interrogada).

À essa suspeição policial seletiva se soma uma letalidade policial que, apesar de latente nas reportagens, não é problematizada pelos telejornalistas. A evidência de uma abordagem desumanizante dos suspeitos de tráfico de drogas por parte dos telejornalistas se exprime na própria apresentação que fazem dos fatos:

Figura 1. Cena ilustrativa

(BU) Operação das Forças Armadas deixa 8 mortos – 0:57 à 1:36min
Manchete: TRAFICANTE MORTO – Operação contra o tráfico tem 22 presos e 8 mortos

Imagens da favela durante o dia. Um soldado empunha uma arma ao lado de carro tanque, enquanto outro está parado no meio da rua, que se encontra “bloqueada” por cones; uma mulher e um homem com um bebê no colo seguem em direção ao bloqueio. Um homem uniformizado retira uma espécie de maca no formato de uma longa bacia de metal de um caminhão da defesa civil. A imagem 3x4 de um indivíduo branco, seguida de imagem no mesmo formato de outro indivíduo também branco.

5 caminhões do exército, com soldados armados posicionados de pé sobre os veículos, percorrem uma rua na qual estão estacionados outros 5 veículos do mesmo tipo. Imagem de uma blitz militar: duas motocicletas cada uma com um passageiro na garupa atravessam uma rua onde estão estacionados diversos veículos e um grupo de 4 soldados armados se posicionam em revista.

Repórter: - Durante a ação, criminosos tentaram fugir pela mata para o conjunto de favelas do Lins na zona norte.

Houve confronto e 8 suspeitos morreram.

Entre eles Sérgio Luiz da Silva Júnior, o Da Russa, apontado como um dos chefes do tráfico da Praça Seca, que estava foragido há 2 anos. No domingo, o miliciano Helio Albino Filho, o Lica, apontado como o sucessor no comando do tráfico no morro do barão, na Praça Seca, foi preso pelas polícias federal e civil.

A ocupação nas comunidades não deve ser permanente como aconteceu na Vila Kenedy no início do processo de intervenção federal.

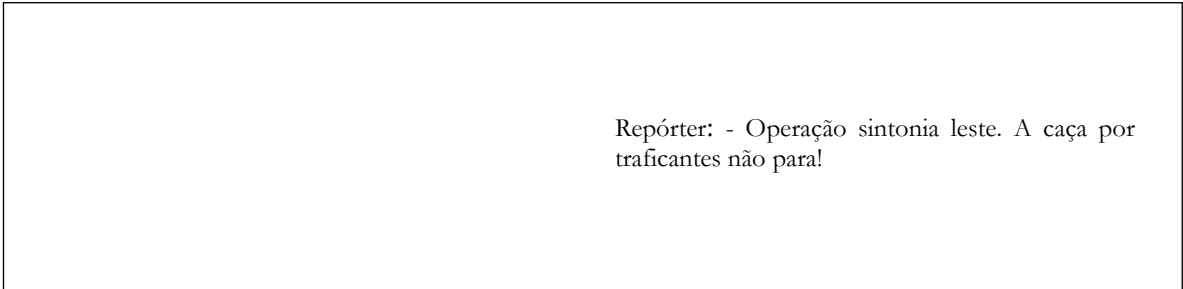
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Na cena destacada, os telejornalistas naturalizam e respaldam a morte de pessoas ao situar os números de mortos ao lado do de aprisionados, quando, salvo exceções, apenas o primeiro é relativo à competência das forças de segurança. Vale enfatizarmos que o rebaixamento a uma condição desumana, à morte indiscriminada dos sujeitos expostos à atuação policial, se efetiva sobre um perfil definido. Ao olhar das agências policiais, as pessoas negras são vistas como “inimigos racialmente determinados e que, em um imaginário construído com argumentações racistas, precisam ser eliminados para que se garanta a manutenção da sociedade” (RAMOS *et al*, 2022, p. 7). Pesquisadores da Rede de Observatórios de Segurança fizeram uma leitura dos números de mortos pela polícia em 7 estados brasileiros (“Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de

Janeiro e São Paulo”) no ano de 2020, e mostraram como “negros são os que mais morrem em ações policiais, independentemente do tamanho da população negra do lugar” (RAMOS *et al*, 2022, p. 7). No Rio de Janeiro, por exemplo, o contraste foi de 153 pessoas brancas mortas pela polícia, para 939 pessoas negras (RAMOS *et al*, 2022).

Diante desse cenário, podemos observar como a familiarização com o trabalho policial de combate ao tráfico é realizada pelos telejornalistas através da ancoragem em categorias “naturalizantes” que são objetivadas na linguagem do grupo. Nesse sentido, destaca-se o emprego de metáforas como as da “caçada” à traficantes para se referirem ao cumprimento de mandados de prisão, busca e apreensão:

Figura 2. Cena ilustrativa

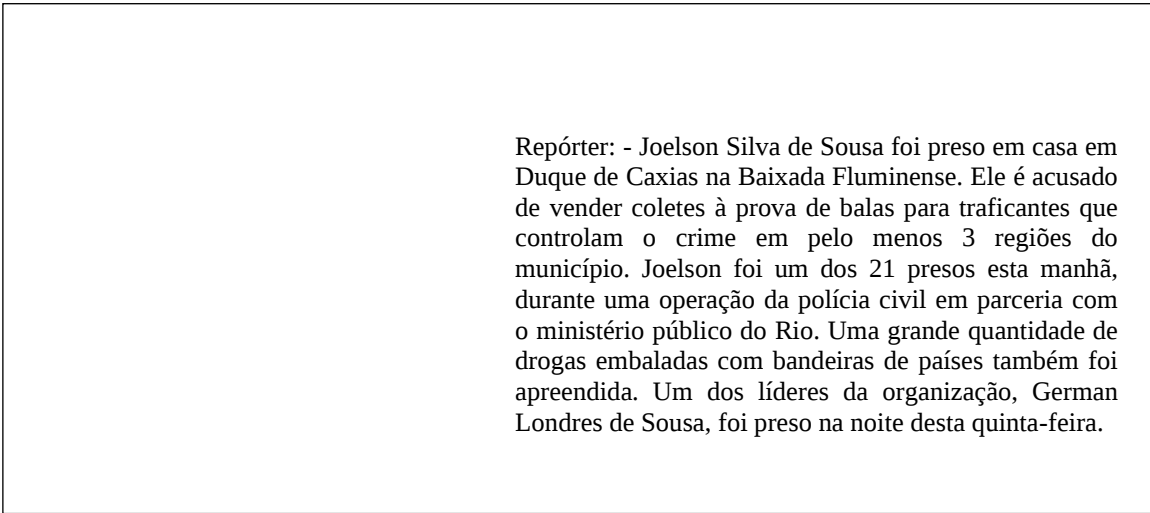


Fonte: Elaborado pelos autores (2024).



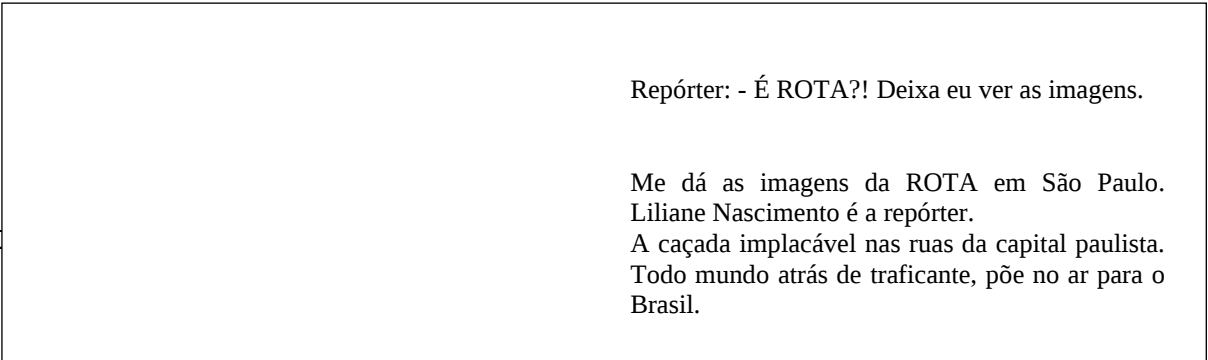
www.revistafenix.pro.br

Figura 3. Cena ilustrativa



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Figura 4. Cena ilustrativa



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A compreensão das operações policiais contra o tráfico como sendo “caçadas” estende tal metaforização aos suspeitos de tráfico, nesse passo, compreendidos como “caças”. A animalização que é imprimida sobre tais sujeitos corrobora para sua desumanização. Desse lado, estudos mostram que as metaforizações animais derivadas da metáfora conceitual “HUMANOS SÃO ANIMAIS” são empregadas em diferentes culturas como uma forma de desqualificar grupos específicos, inferioriza-los, negar-lhes a humanidade, privá-los de direitos humanos, realizar julgamentos morais, fomentar estereótipos e promover atitudes preconceituosas – em um processo designado como “desumanização animalizante” (PRAYMO, 2020; USMAN; YUSUF, 2020; VAES; PALADINO; HASLAM, 2021; SEVILLANO; FISKE, 2023; FERNANDES, 2021).

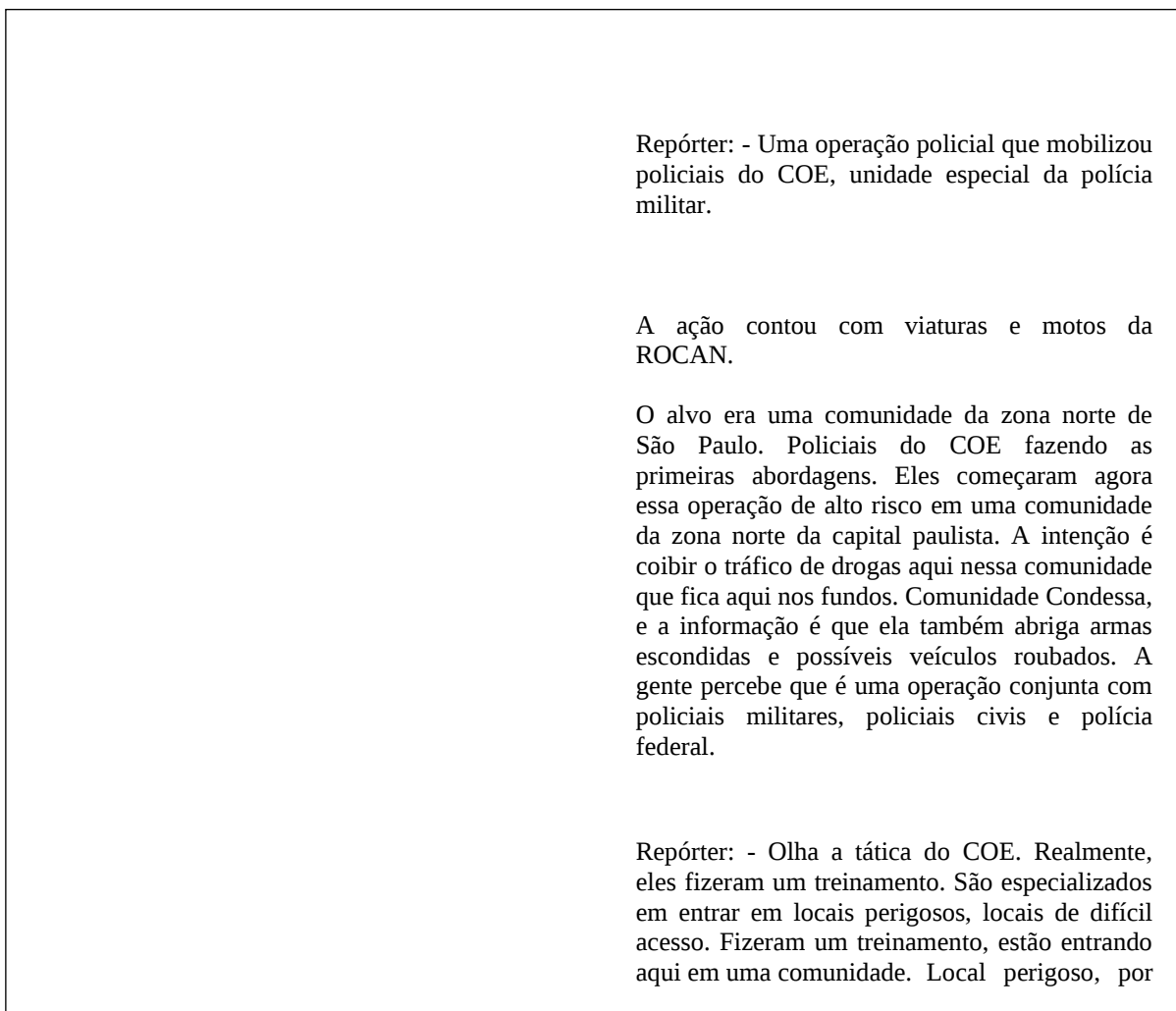
Embora as metáforas “animalizantes desumanizantes” não desempenhem um papel causal em relação ao dano (VAES; PALADINO; HASLAM, 2021), vale considerarmos, consoante a Ewelina Praymo (2020, p. 24), que “a linguagem é muitas vezes o primeiro sinal do avanço da radicalização, e a metáfora é uma das ferramentas mais produtivas através das quais diferentes tipos de desumanização ou difamação ressurgem na linguagem”. Entretanto, longe de simples questão de linguagem, as metáforas conceituais atuam como orientadoras de pensamentos e ações cotidianas, (LAKOFF; JONHSON, 2002; PRAYMO; AUGUSTYN, 2020) e são fruto da apresentação, construção e enunciação das representações sociais (CASTRO; CASTRO, 2018; CAMPOS; LEMGRUBER; CAMPOS, 2020).

O entendimento é o de que “os sujeitos vão ‘elaborando’ e manifestando metáforas sobre o objeto de representação [...] resgatando do estoque da memória coletiva” (CAMPOS; LEMGRUBER; CAMPOS, 2020, p. 165). Tais expressões emergem através de um processo de comparação dos objetos alvo da comunicação com os significados comuns e compartilhados na memória do grupo que as enuncia, de modo a acomodar elementos “novos” a esquemas e estruturas cognitivas anteriores, capazes de fazê-las familiares (CASTRO; CASTRO, 2018). Por esse prisma, a complexidade das operações policiais direcionadas ao tráfico de drogas que, muitas vezes, implicam em

práticas de violação de direitos que fogem ao escopo do instrumento jurídico utilizado (mandados de prisão, busca e apreensão) – como, por exemplo, operações de vingança, tortura, violação de residência, abuso de poder etc (RAMOS, 2018a; RAMOS, 2018b; RAMOS *et al*, 2022; ARIDA, 2019) – pode, por esse raciocínio analógico específico, ser condensada e objetivada na imagem de uma “caçada”.

Este é um aspecto polêmico e tensionador porquanto fontes alternativas de informação contestam (ARIDA, 2019) a narrativa da mídia sensacionalista a respeito da eficácia e da legalidade das operações policiais (DANTAS; BERTONI; FERNANDES, 2020), apontando sua abordagem desumanizante. Esse fato, decerto concorre para a necessidade que o grupo tem de recorrer às metáforas, estas possibilitam a persuasão (CASTRO; CASTRO, 2018) e a condensação em uma imagem (CAMPOS; LEMGRUBER; CAMPOS, 2020) capaz de naturalizar as operações policiais contra o tráfico e desse modo, colocar em segundo plano seu caráter polêmico e controverso. Ao representarem os traficantes por essa metáfora, os telejornalistas legitimam o tratamento desumanizante, inscrevendo o “abate” e a “captura”, implicitamente, como destino natural de sua condição de “caça”.

As metáforas da “caçada” aos traficantes foram exploradas por estudos que relacionaram seu emprego pela imprensa com a “biologização do mal”, quando as favelas são classificadas como “*locus* do mal” e seus habitantes problematizados no plano de sua “natureza” supostamente maléfica (BATISTA, 2003). De modo semelhante, notamos nas cenas destacadas abaixo que os policiais são apresentados como “especializados em entrar em locais perigosos” quando a “caçada” é realizada no território de uma “comunidade”:

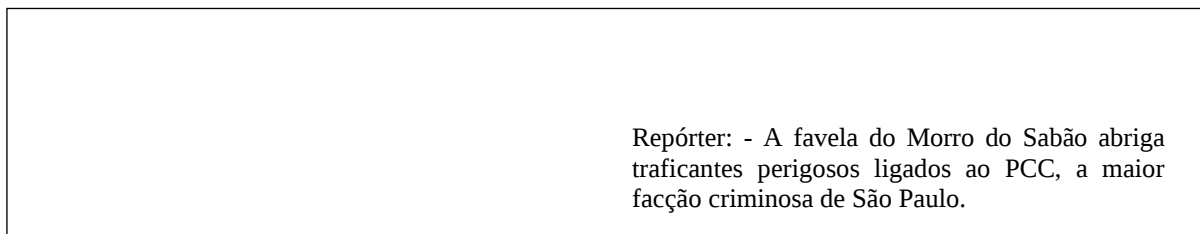
Figura 5. Cena ilustrativa

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Devido à intrínseca relação entre tráfico de drogas e favelas construída nos telejornais, o “combate” ao tráfico é enunciado como um combate à “comunidade”. De acordo com a cena destacada, a “comunidade” consistiu no “alvo” da operação, que não pretendia a prisão de indivíduos específicos ou a apreensão de drogas em residências específicas. Pelo contrário, a “comunidade” como um todo se torna objeto de suspeição. O olhar naturalista imprimido sobre as favelas, a partir do qual estas são vistas como o *locus* da “caça”, é evidenciado pelo processo de metaforização sob a forma da

personificação (MOSCOVICI; HEWSTONE, 1984) quando, ao mesmo tempo em que são exibidas imagens panorâmicas de uma favela é dito que “ela [a favela] também abriga armas escondidas e possíveis veículos roubados”; ou ainda, como se vê na cena abaixo, em sintonia com a exibição de imagens de toda a extensão de uma favela, se afirma que “a favela do morro do sabão abriga traficantes perigosos”:

Figura 6. Cena ilustrativa



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Como sugerem tais metáforas, não são os suspeitos de tráfico quem procuram abrigo nas favelas, são elas mesmas quem os “abrigam”. No caso das metáforas ontológicas (como a personificação), consideram Lakoff e Johnson (2002, p. 75), estas vão “além da simples orientação”: ao compreendermos uma experiência em termos de uma substância, objeto ou pessoa, operamos uma seleção de parte de nossa experiência e a tratamos como se fossem “entidades discretas ou substâncias de uma espécie uniforme”, ou seja, elas ficam mais apreensíveis. Quando os telejornalistas dizem que a favela “abriga” armas ou traficantes é uma parte de sua experiência que vem à tona, de certa memória que lhes auxilia a compreender a “criminalidade” em tais espaços como uma condição do próprio espaço. Certamente, os telejornalistas não ignoram que não são as “comunidades” por si mesmas as “criminosas” por trás do fato noticiado. Contudo, a preferência por evidenciá-las em lugar dos autores do crime permite focalizar sobre elas as preocupações com a criminalidade.

Nesse passo, as imagens das “favelas” veiculadas pelos telejornais indicam onde o tráfico se faria presente. Como afirma uma repórter do *Cidade Alerta*: “- Aqui já é dentro da comunidade, nós estamos bem próximos de lá, percebe-se que ainda é uma área residencial, porém logo ali na frente a gente consegue acessar os barracos ó, aqui já dá pra ver. Lá onde o tráfico de drogas rola solto.”. A conexão entre “comunidade” e criminalidade é estabelecida mediante afirmativas como: “- a comunidade já é conhecida pela presença de criminosos” (CA) ou “- uma das comunidades mais perigosas da zona oeste de São Paulo [...] não dá pra entrar nessa comunidade sem fuzil” (CA). Afirmativas

que tornam a criminalidade, destacadamente o tráfico de drogas, em uma característica das favelas, e por isso dos seus moradores. Como sugerem: “- aqui na região a gente percebe que todas as pessoas abordadas pela polícia já tiveram passagens, já foram presas, já responderam processos criminais” (CA). Ademais, os espaços das favelas consistiram 113 vezes no cenário das cenas registradas, predominando em relação aos demais espaços, como as delegacias (66 vezes) e outras ruas das cidades (46), que os sucederam enquanto cenários mais frequentes.

Para tanto, como mostra a articulação metafórica entre a imagem da “limpeza” e da “atuação policial”, os telejornalistas se ancoram em concepções higienistas de “saneamento moral” (STEPAN, 2004), quando o ideal de “limpeza” espacial serve para caracterizar a “remoção”, através do cumprimento de mandados de prisão, dos elementos implicitamente considerados “sujos”, quais sejam, os suspeitos de tráfico:

Figura 7. Cena ilustrativa

Repórter: - A caçada é pelo alto, e também pelo chão. A operação Praia Limpa é da polícia civil do Paraná, e reúne unidades de elite da corporação. 7 criminosos apontados como chefões de quadrilhas do tráfico de drogas são os alvos. Essa casa é apontada como o quartel general de uma das quadrilhas. É agora o bote. [Gritos de policiais e de um morador são emitidos de dentro da residência]. A casa do lado também vai ser invadida. São 7 mandados de prisão e 26 de busca e apreensão. Agora de cima, o helicóptero que sobrevoa a periferia de duas cidades do litoral paranaense: Matinhos e Pontal do Paraná. A luz vai indicando o caminho para os policiais em solo, e olha, tem suspeitos lá embaixo.

Todos os 7 alvos foram colocados na cadeia, mas o material apreendido foi menor do que se esperava. A polícia sabe por quê. No fim de semana o investigador do departamento de homicídios, Jorge Brito, foi assassinado, e houve intensificação do policiamento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A combinação de metáforas biológicas e de “limpeza” já é conhecida por pesquisas que focalizaram a imprensa (COIMBRA, 2001; MORETZSOHN, 2003; BATISTA, 2003b), enfatizando a importância de um referencial higienista na

compreensão “biológica” da criminalidade. Tal referencial se desdobra, ainda, em diferentes situações nas quais os elementos naturais do espaço são encarados como “pistas” ou indícios do tráfico de drogas, reatualizando conhecimentos de senso comum formulados sobre os territórios das favelas nos últimos dois séculos sobre a naturalização da criminalidade e sua incrustação em um *locus* marginalizado (VALLADARES, 2005; NESIMI; BOTELHO, 2021; SILVA, 2021; GARAU; SANTOS, 2022). A desconfiança em relação à “precariedade” ou “irregularidade” das habitações, ao “acesso” às favelas e à sua extensão territorial, são ilustrativas da suspeição espacial imputada pelos telejornalistas à tais lugares: “- Difícil localização e muito lugar pra se esconder” (CA); “- é lá no mato, no alto do morro, é que ficam os principais esconderijos dos bandidos” (BU); “- Pedacos de madeira, local de difícil acesso, situação bem precária aqui, mas é justamente por esses locais aqui que eles acabam escapando.” (CA).

De acordo com Mariana Nesimi e Maurílio Botelho (2020, p. 287), desde seu chamado “mito de origem”, as favelas foram tornadas em um espaço criminalizado, aos quais se atribui a condição de refúgio e abrigo de “miseráveis” e “criminosos”. Inicialmente, sofreram com a comparação à Canudos, por onde se acreditava que eram povoadas pela mesma gente tida como “desordeira” e “transgressora”, capaz de resistir ao Exército e às forças policiais. Em seguida, foram apresentadas pela perspectiva higienista como lugar das “doenças sociais”, por onde seus moradores eram vistos como vetores de “sujeira” física e moral. Tais interpretações sobre as favelas facilitaram sua associação com os problemas de desordem urbana, acusados pela precariedade das habitações, e também problemas de natureza estética, no sentido de “enfeiar” as cidades. Entendidas como espaços distantes das leis e da civilidade, foi sobretudo o fato de serem povoadas principalmente pela população negra e pobre o que consolidou, por meio do racismo, a sua fama de lugar “natural” do crime (NESIMI; BOTELHO, 2020).

Fazendo frente ao alvo da “caçada”, a dimensão visual das cenas citadas nessa categoria é carregada de imagens das forças de segurança ostentando armas, veículos, pessoas algemadas, e outros elementos que reforçam o caráter “implacável”, “veloz” e “habilidoso” dos “caçadores”. O mesmo se passa com as imagens do helicóptero policial, das viaturas, dos equipamentos e armas, ilustrativas da “velocidade” e do “alcance” do “caçador” sobre a “caça” e seu “habitat”. Tais imagens de poder bélico e tecnológico depõem a favor do predomínio da civilização sobre a “selvagem” e hostil natureza. Como observou Jacqueline Muniz (1999, p. 203), é comum desde as narrativas míticas que a “saga do caçador-herói” seja contada de modo a ressaltar a “força física incomum”, a

“destreza extraordinária” e a “coragem a toda prova” daqueles que são desafiados a “controlar as forças naturais e sua ‘selvageria’ ameaçadora”. A civilização diz respeito, nesse sentido, a expurgação das características encontradas na “caça”, mas que em um contexto diverso, podem ser desveladas também nos “caçadores”, como a violência ou a brutalidade comuns, e até mesmo esperadas pelos telejornalistas na ação das polícias. “É agora o bote”, diz o repórter policial, anunciando a paradoxal “civilização” que insiste em “combater” no “outro” a “natureza” que lhe é contígua (MUNIZ, 1999).

Podemos considerar que a desumanização dos suspeitos de tráfico ocorre também pela identificação de determinados atributos considerados intrínsecos a realização desse tipo de comércio, que são destacados pelos telejornalistas policiais, como a “frieza”, a “crueldade” e a “violência”. Conforme elabora uma repórter do *Brasil Urgente* para explicar a alegação de liderança de um suspeito no tráfico de drogas, bem como suas práticas de roubo e homicídio: “- Frio, cruel, Piá passou a controlar o tráfico de drogas na região”. Elementos explicados a partir da crença em uma criminalidade inscrita na “natureza humana” do suspeito. Essa forma de conceber o “crime” ou o “criminoso” parece se dever à própria busca do jornalismo de sensação pela “credibilidade” do público, fundamentada, por vezes, em um “imaginário já constituído, que relaciona, por exemplo, a vítima à bondade, à pureza e o criminoso à maldade, à crueldade, como elementos inatos e incontornáveis da própria natureza humana” (PASSIANI; TEIXEIRA, 2019, p. 261). Como também identificado por Fábio Ribeiro (2020, p. 237), um elemento de senso comum compartilhado por telejornalistas policiais do *Brasil Urgente* e do *Cidade Alerta* corresponde à “essencialização do comportamento humano, que é tido como um dado de natureza”. Nesse sentido, “os motivos da violência são biologizados: são o produto de distúrbios químicos ou inscritos na psique humana”, de modo a promoverem “uma espécie de naturalização do mal. O mal está na natureza humana, por isso é difícil explicá-lo e combater-lo” (PASSIANI; TEIXEIRA, 2019, p. 266).

Quanto à violência, nas reportagens analisadas, o tráfico aparece como vetor de outros crimes e práticas violentas. Enquanto comércio ilícito, ele figura somente 46 vezes em relação ao número de vezes em que é noticiado junto à crimes contra a vida (70 vezes). As notícias do tipo “Traficantes torturam usuários devedores” (BU), “RS: Família é assassinada por causa de tráfico” (BU), “Criança morre em acerto de contas do tráfico” (CA) são exemplos de como o tráfico aparece relacionado a um potencial ameaçador, que é explorado pelos telejornais.

As situações atreladas ao tráfico nos telejornais exemplificam a complexa trama do comércio ilícito de drogas que envolve, para além dessas substâncias, o tráfico de armas, roubos, assaltos, homicídios e tortura, próprios de uma sociabilidade violenta construída por um mercado onde o domínio territorial é garantido mediante disputas e regulado pelo uso da força (MISSE, 2008; GRILLO, 2008; HIRATA; GRILLO, 2019; ZALUAR, 2019; BARROS, 2020). Por certo, essa sociabilidade violenta não caracteriza todo e qualquer segmento do tráfico, constituindo esta uma característica distintiva do tráfico varejista das favelas, assumido pelos “comandos” ou “facções”, onde a territorialidade e a visibilidade das “bocas de fumo” armadas propiciam conflitos entre os grupos criminosos ou com a polícia (MISSE, 2008; GRILLO, 2008; HIRATA; GRILLO, 2019; ZALUAR, 2019; BARROS, 2020). Entretanto, a ausência de qualquer problematização nesse sentido durante as reportagens facilita a associação entre tráfico de drogas e violência.

A possibilidade de que a animalização do traficante, sua metaforização como “caça”, seja construída em relação à atributos como a violência do tráfico e, por outro lado, o mesmo atributo seja reconhecido pelos telejornalistas como fator para o enaltecimento dos agentes policiais, louvados por serem “guerreiros violentos” (CA), mostra como na metaforização animalizante “a humanidade de um atributo não precisa ser fixa, mas pode depender do contexto e do alvo” (VAES; PALADINO; HASLAM, 2021). Ou seja, a violência que pode levar a “animalização” dos suspeitos de tráfico, quando desempenhada pelas polícias, tem seu caráter “desumanizante” suprimido. Na verdade, ele é deslocado do mundo da natureza para pertencer ao da civilização (MUNIZ, 1999). A metáfora não é mais a do “animal selvagem”, mas a do “guerreiro caçador”.

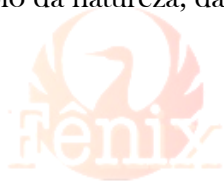
Os policiais passam a ser chamados de “guerreiros” que usam de violência para atender às expectativas da sociedade. Como afirma o apresentador do *Cidade Alerta* quanto ao Comando de Operações Especiais (COE): “- Esses são guerreiros hein, esses são violentos. Esses daí vão pra cima. Violentos no sentido de dar retorno pra sociedade.” A metáfora “guerreiros”, junto à outras também empregadas pelo grupo como “heróis” e “gigantes” para se referirem aos agentes de segurança se ancora nas conclusões compartilhadas na memória social e coletiva do grupo de telejornalistas a respeito da “eficácia” da atuação policial, recordadas sob a forma de máximas como: “Quando o COE entra na área bandido não tem vez” ou “Quando a ROTA entra o bandido treme”. Pela lente de Halbwachs ([1941] 2014, p. 215), tais máximas ou conclusões podem dizer respeito “ao caráter geral da memória dos grupos” que “somente

retêm os acontecimentos que são também ensinamentos”. Tal metaforização se ancora também na imagem do policial herói, encorajada pelas agências de segurança, que impõe ao *ethos* policial e à sociedade a premissa do “sacrifício” no desempenho profissional de proteger os cidadãos, o que acarreta fatalidade e prejuízos para os agentes e para a sociedade como um todo (CANO, 2013).

Na base das representações sociais compartilhadas pelo telejornalismo policial, observamos o papel generativo desempenhado pelos *themata* natureza/cultura – de origem muito antiga, remontando à fronteira estabelecida por povos primevos entre ser humano e natureza (seres vivos não humanos, feras, monstros, demônios, selvagens) (BAUMAN, 2012). Os *themata* são “ideias fonte” orientadoras do pensamento científico e de senso comum, que servem ao seu desenvolvimento e legitimação (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020). Eles correspondem à “arquétipos de raciocínio comum ou ‘pré-concepções’ estabelecidas ao longo de um largo espaço de tempo (*long durée*)” (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020, p. 240) e se apresentam sob a forma de díades opostas (HOLTON, 1996), de antinomias que funcionam como princípio do pensamento e da linguagem (MARKOVÁ, 2006).

Conforme argumentamos, os *themata* natureza/cultura orientam parte expressiva do senso comum compartilhado pelos telejornalistas policiais no processo de representação social dos traficantes de drogas. Talvez, ao nível mais aparente eles se manifestam pragmaticamente (LIU, 2004) na linguagem do grupo, sob a forma de metáforas que auxiliam na compreensão e ação sobre as operações policiais, constituintes da maior parte de sua programação e que estão presentes, portanto, em seu cotidiano profissional. A expressão temática em metáforas reclama o reconhecimento do processo de regulação metafórica dos *themata*: são as metáforas quem predicam e fornecem os atributos pelos quais os *themata* podem se expressar (MAZZOTTI, 2002). As metáforas em questão são as das operações policiais como “caçadas” e de seu alvo como “caças”. Tanto a metáfora da “caça” como a da “caçada” tendem à naturalização da abordagem desumanizante da segurança pública em relação ao tráfico, mas enquanto a metáfora da “caça” imprime ao objeto o pertencimento ao campo da natureza (traficantes como animais), a da “caçada” afirma o domínio estatal sobre tal objeto, inserindo-se no polo da cultura ou da civilização (MUNIZ, 1999). Esse aspecto é salientado na dimensão visual das cenas nas quais se põe em evidência a tecnologia e o poder bélico das forças de segurança, assim como pelas metáforas de heroicização do trabalho policial no enfrentamento ao tráfico.

Conforme sustentam Praymo e Augustyn (2020), Vaes, Paladino e Haslam (2021), e Sevillano e Fiske (2023, p. 5-6), a metáfora animalizante desumanizante só consegue se produzir baseando-se na distinção do ser humano em relação ao mundo animal, ela “reforça a ideia de cultura e civilização (*versus* selvagem) como um atributo exclusivamente humano que separa os humanos de todos os outros animais, uma divisão sobre a qual a desumanização animalesca é construída”. Os *themata* da natureza também podem explicar a naturalização, pelos telejornalistas, das favelas como *locus* da “caça”, recobrando certo olhar biologizante sobre a criminalidade (VALLADARES, 2005; SILVA, 2021; NESIMI; BOTELHO, 2020; GARAU; SANTOS, 2022), compartilhado na memória social do país e referendada pela mídia (BATISTA, 2003b; MORETZSOHN, 2003; COIMBRA, 2002). O estudo da infra-humanização desenvolvido na psicologia social aborda a questão de modo semelhante ao considerar que a percepção de determinados seres humanos como menos humanos, como ocorre com as pessoas negras e outros grupos alvos de preconceito, pode buscar estratégias para “aproximar os ‘nossos’ do polo da cultura e da sofisticação intelectual e os ‘outros’ do polo da natureza, da biologia, dos instintos, infra-humanizando-os” (LIMA, 2020, p. 22).



www.revistafenix.pro.br

CONCLUSÃO

Respondendo aos objetivos traçados, identificamos os conteúdos das representações sociais do telejornalismo policial sobre o traficante de drogas enquanto a imagem animalizada do traficante e a concepção das favelas como espaços propícios à criminalidade e ao tráfico. Serve à ancoragem de tais conteúdos um referencial naturalista de interpretação da criminalidade e das favelas, bem como as noções compartilhadas na memória do grupo e pelas agências de segurança a respeito da atuação policial. Tais ideias são objetivadas pelos telejornalistas em imagens condensadas sob a forma de metáforas, como as metáforas de “caça”, “caçada”, “guerreiros” e “heróis” ou de personificação das favelas. Conforme verificamos, podemos considerar que as representações elaboradas pelo telejornalismo policial são orientadas por esquemas nocionais de oposição com estabilidade na memória social, os *themata* natureza/cultura, cujo caráter referencial e generativo ofereceria o conteúdo potencial necessário para compor as representações sociais a partir de significados pré-existentes, para nutrir e definir as suas possibilidades de ancoragem e objetivação.

Nesse sentido, a análise das metáforas da “caça” e da “caçada” nos mostraram como os *themata* podem ser orientados metaforicamente, mobilizando seu poder generativo para se expressarem através de tais figuras retóricas. Isso porque conformam um nível latente, porém mais abrangente e anterior à representação, onde geram domínios fonte metafóricos (ex: SERES HUMANOS SÃO ANIMAIS), que conformam categorias para a ancoragem e objetivação das representações. Como pudemos acompanhar, no caso das metáforas em ilustração, a “caça” inscreve os “traficantes” nos domínios “inferiores” da natureza e a “caçada” situa as forças de segurança nas imediações “civilizadas” da “cultura”. Mas, para tanto, o grupo de telejornalistas necessita conciliar a contradição inerente ao fato de que os elementos que servem para animalizar, desumanizando, os “traficantes”, podem servir para a caracterização inversa, do policial “guerreiro-caçador”. Isso implica no enfrentamento do caráter contíguo ou relacional dos atributos que estão sendo colocados em oposição e na necessidade de delimitar as posições de cada um dos pólos. Observamos, portanto, a capacidade dos *themata* de atuarem na conciliação de contradições no pensamento de senso comum.

O quadro da linguagem se destaca nas memórias e representações sociais compartilhadas pelos telejornalistas policiais, o que se afina com a perspectiva halbwachiana por onde ele se configura como marco elementar no qual qualquer memória ganha concreticidade. Pudemos ver seu caráter geral nutrir a ancoragem pelos telejornalistas em noções longevas circulantes no pensamento social, reelaboradas de um arcabouço eugênico-higienista, assim como observamos a sua face específica possibilitar ao grupo compor um repertório particular de expressões e imagens que ganham sentido característico em suas comunicações. Exemplo do repertório específico, como vimos, são as metáforas utilizadas pelos telejornalistas, capazes de condensar conceitos em torno da figura do “traficante”, concedendo-lhe uma imagem familiar que assegura a comunicação grupal. Desse lado, sendo polêmico o tratamento dispensado pelas agências policiais aos suspeitos de tráfico e tratando-se esse fato de um acontecimento corriqueiro no cotidiano das relações profissionais dos telejornalistas, o grupo encontra na metáfora dos traficantes como “caça” e das operações policiais como “caçadas” uma forma de driblar a tensão e atenuar a polêmica, naturalizando o tratamento desumanizante dos “traficantes”. Outras expressões metafóricas os auxiliam nesse processo de modo a estabilizar ou legitimar tal naturalização, como os termos “heróis” e “guerreiros” imprimidos sobre os agentes de segurança, a partir dos quais a desumanização dos suspeitos (incluindo o aniquilamento) pode ser apresentada como “feito” altruísta, realização “corajosa” ou “virtuosa”; bem

como a metáfora das favelas enquanto entidades discretas, que circunscrevem o tráfico a um território tido como seu “viveiro” natural, onde o escrutínio midiático e a violência policial estão, portanto, autorizados.

Os resultados da pesquisa ajudam a compreender o modo como a temática do tráfico de drogas é mobilizada pela cobertura midiática criminal, cujos reflexos se conectam a fenômenos como o encarceramento, a seletividade policial e o racismo, de modo a tornar os resultados desse estudo também relevantes para as pesquisas dedicadas a tais temáticas. Nesse sentido, os processos psicossociais explicitados por nosso estudo repercutem na orientação dos pensamentos e condutas dos telejornalistas que, conforme vimos, tem impacto na legitimação da repressão estatal arbitrária ao tráfico de drogas e mesmo na reprodução de um olhar suspeito sobre indivíduos e territórios favelizados. Ao desvelarmos tais processos psicossociais subjacentes aos discursos e práticas dos telejornalistas contribuimos para evidenciá-los, um passo importante para a construção de novas concepções sobre o fenômeno. Consideramos ainda que o recurso a um método capaz de contemplar não somente o conteúdo verbal, como também visual das comunicações, pode inspirar novas pesquisas na área da TRS dedicadas à temática do tráfico nas mídias audiovisuais, por destacar o papel das imagens na tradução do pensamento grupal e, portanto, a possibilidade de apreensão dos referenciais grupais a partir do estudo de elementos visuais.

REFERÊNCIAS

- VARJÃO, Suzana. Violações de direitos na mídia brasileira: Pesquisa detecta quantidade significativa de violações de direitos e infrações a leis no campo da comunicação de massa (Guia de monitoramento de violações de direitos; v.3). Brasília, DF: ANDI, 2016. Disponível em: <https://andi.org.br/publicacoes/pesquisa-detecta-numero-surpreendente-de-violacoes-de-direitos-e-infracoes-a-leis-em-programas-policialescos-de-radio-e-tv/>. Acesso em: 02 mar. 2024.
- ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-25, 2021.
- ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo autoritário no Brasil – Reforma econômica neoliberal e militarização da administração pública. **Sens public**, p. 1-28, 2020. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/sp/2020-sp06204/1079478ar/>. Acesso em 20 jul. 2024.
- ARIDA, Anna Livia. “Eles prometeram matar 30”: Mortes decorrentes de ação policial na Baixada Santista, estado de São Paulo. **Human Rights Watch**, Brasil, 07 nov. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2023/11/07/386399>. Acesso em: 07 mai. 2024.

BARBOSA, Antonio Rafael. O baile e a prisão: onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 9, n. 15, p. 119-134, jan.-jun. de 2006. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12163>. Acesso em 02 mai. 2024.

BARROS, Betina Warmling. **A coerência da crueldade**: os significados da violência extrema para os envolvidos no tráfico de drogas no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2020.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro** – Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAMPOS, Denise Teles Freire; LEMGRUBER, Márcio Silveira; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Metáforas e objetivação: questões acerca da produção de sentidos nas representações sociais. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 161-178, 2020. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/8515>. Acesso em 18 jun. 2024.

CANO, Ignacio. Uma polícia para o século XXI: comentário sobre o artigo de Minayo e Adorno. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 596–598, mar. de 2013. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/en/articles/uma-poliacutecia-para-o-seacuteculo-xxi-comentaacuterio-sobre-o-artigo-de-minayo-e-adorno/11244?id=11244>. Acesso em 02 mai. 2024.

CASTRO, Cláudia Rabello de; CASTRO, Monica Rabello de. Metáforas no processo de objetivação de representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, e159429, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/N5v3N7fC69xDJXsVtXRjHd/>. Acesso em 16 mai. 2023.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

DANTAS, Carlos Augusto; BERTONI, Luci Mara; FERNANDES, Ângela Viana Machado. Memórias e representações Sociais do telejornalismo policial sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro. **Revista brasileira de segurança pública**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 46-59, fev.-mar. de 2020. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/issue/view/29/20>. Acesso em 04 jul. 2024.

FERNANDES, Kristina. Translating English WOMAN IS AN ANIMAL metaphors: Spanish native speakers' associations with novel metaphors. **Linguistik online**, Berna, v. 108, n. 3, p. 33-66, 2021. Disponível em: <https://bop.unibe.ch/linguistik-online/article/view/7797>. Acesso em 12 abr. 2023.

GARAU, Marilha Gabriela Reverendo; SANTOS, Solano Antonius. “O tráfico sempre organizado”: a ordem pública em territórios favelados e seus significados na interação polícia militar x favela. **Revista Campo Minado-Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 33-54, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/campominado/article/download/55432/32567>. Acesso em ago. 2023.

GRILLO, Carolina Christoph. O “morro” e a “pista”: um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e**

Controle Social, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 127-148, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7137>. Acesso em 19 set. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memória**. Barcelona: Anthropos, [1925] 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, [1950] 1990.

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Cristoph. Movement and death: illicit drug markets in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro. **Journal of Illicit Economies and Development**, Londres, v. 1, n. 2, p. 122-133, 2019. Disponível em: https://jied.lse.ac.uk/articles/10.31389/jied.26?_rsc=1vseb. Acesso em: 01 jan. 2024.

HOLTON, Gerald. The Role of Themata in Science. **Foundations of Physics**, v. 26, n. 24, p. 453-465, 1996. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02071215>. Acesso em 02 ago. 2023.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2019.

KANTAR IBOPE MEDIA. Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 30/07 a 05/08. **Kantar IBOPE Media**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-baseno-ranking-consolidado-3007-a-0508/>. Acesso em: 09 out. 2022.

JODELET, Denise; HAAS Valerie. Mémoires et représentations sociales. p. 89-104. In: EMILIANI, Francesca; PALMONARI, Augusto. (Orgs.). **Repenser la théorie des représentations sociales**. Paris: Editions des archives contemporaines, 2019.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: EDUC/Mercado de Letras, 2002.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **Psicologia social do preconceito e do racismo**. São Paulo: Blucher, 2020.

LIU, Li. Sensitising Concept, Themata and Shareness: A Dialogical Perspective of Social Representations. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, Nova Jersey, v. 34, n. 3, p. 249-264, set. de 2004. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.0021-8308.2004.00247.x>. Acesso em 17 out. 2023.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

MAZZOTTI, Tarso. Núcleo figurativo: themata ou metáforas?. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 14-15, p. 105-114, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/31923>. Acesso em 29 out. 2023.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez. de 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/4865>. Acesso em 15 out. 2023.

MORETZSOHN, Sylvia. Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. **Praia Vermelha (UFRJ)**, Portugal, v. 9, p. 138-165, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis - RJ: Vozes, [2000] 2020.

MOSCOVICI, Serge; VIGNAUX, Georges. O conceito de themata. p. 215-250. In: MOSCOVICI, Serge (Org.). **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis - RJ: Vozes, [2000] 2020.

MOSCOVICI, Serge; HEWSTONE, Miles. De la ciencia al sentido común. In: MOSCOVICI, Serge (Org.). **Psicologia Social, II**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1984.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NESIMI, Mariana; BOTELHO, Maurilio Lima. Das favelas às prisões: transformações na segregação urbana no rio de janeiro. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 285-315, jun. de 2020. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/242>. Acesso em 03 jan. 2024.

OLIVEIRA, Flaviane; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid; SANTOS, Thayna; FREITAS, Janaína. Fronteiras e pertencas: representações sociais e dinâmicas identitárias do tráfico de drogas na revista *Veja* (1968-2010). **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 277-97, jul.-dez. de 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/psi-sabersocial/article/download/12385/14436/65579>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PASSIANI, Enio; TEIXEIRA, Alex Niche. “O menino do sorriso triste”: a imprensa e a comercialização da violência no Brasil. p. 253-272. In: TAVARES-DOS-SANTOS, José Vincente; VISCARDI, Nília; CAÑAS, Pablo Emilio Angarita; BRASIL, Maria Glaucíria Mota (Orgs.). **Violência, Segurança e Política**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/225924>. Acesso em 24 mar. 2023.

PRAYMO, Ewelina. Foids are worse than animals. A cognitive linguistics analysis of dehumanizing metaphors in online discourse. **Topics in Linguistics**, Viena, v. 21, n. 2, p. 16-27, dez. de 2020. Disponível em: <https://sciendo.com/article/10.2478/topling-2020-0007>. Acesso em 01 fev. 2024.

PRAYMO, Ewelina Maria; AUGUSTYN, Rafał. Parasites, herbivores and dried fish: Dehumanising metaphorical blends in Japanese. **GEMA Online Journal of Language Studies**, Bangi, v. 20, n. 2, p. 148-167, mai. de 2020. Disponível em: <http://ejournal.ukm.my/gema/issue/view/1267>. Acesso em: 10 fev. 2024.

RAMOS, Sílvia; RIBEIRO, Dudu; SANTANA, Luciene; NEVES, Larissa; LINS, Ana Letícia; BARREIRA, Luiz Fabio; MOURA, Ricardo; BRANDÃO, Thiago; SILVA, Luiz; CELESTE, Dália; MARTINS, Deila; JATOBÁ, Edna; SILVA, Elton; XAVIER, Lila; BRITO, Marcondes; FERREIRA, Maria Dalva; SOTERO, Bruna; PACHECO, Jonas; GONÇALVES, Juliana; LIMA, Matheus; SILVA, Nathália; NUNES, Pablo; PAULO, Pedro; CAFUZO, Renato; SOARES, Wellerson; MANSO, Bruno Paes; RIBEIRO, Francine. **Pele alvo: a cor que a polícia apaga**. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022.

RAMOS, Sílvia. (Org.). **Três meses de intervenção no Rio: Mudou alguma coisa?** Infográfico. Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção/CESeC, 2018a. Disponível em: <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/dados/relatorios1/>. Acesso em 02 dez. 2023.

RAMOS, Sílvia. (Org.). **Cinco meses de intervenção federal: Muito tiroteio, pouca inteligência**. Infográfico. Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção/CESeC, 2018b.

Disponível em: <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/dados/relatorios1/>. Acesso em 05 dez. 2023.

RIBEIRO, Fábio. O apelo à ordem nos telejornais policiais. **Plural – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 231-255, jan.-jul. de 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/150818/161922>. Acesso em 02 fev. 2023.

RODRIGUES, Daniel; CONCEIÇÃO, Maria; IUNES, Ana. Representações sociais do crack na mídia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 115-23, jan.-mar. de 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/hcqMnYSKmpF5JjQbwCp6SwF/>. Acesso em 25 ago. 2023.

ROMÃO, Davi Mamblona; OSMO, Alan. O perigo mora ao lado: jornalismo policial televisivo e paranóia. **Subjetividades**, Fortaleza, v. 21, n. 3, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/11317>. Acesso em 15 jul. 2023.

ROSE, Diana. Análise de imagem em movimento. p. 343-364. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021.

SEVILLANO, Verónica; FISKE, Susan. Animals are diverse: distinct forms of animalized dehumanization. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, Amsterdã, v. 51, p. 1-9, jun. de 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352154623000190?via%3Dihub>. Acesso em 02 dez. 2023.

SILVA, Viviane. Favelas como dano estético: mecanismos estatais de desvalorização de cultura e de memória no Rio de Janeiro. **CECIL - Cahiers d'études des cultures ibériques et latino-américaines**, Montpellier, n. 7, p. 99-113, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cecil/2092>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; APOSTOLIDIS, Thémis. Drogas no espaço público: consumo, tráfico e política na imprensa brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CdHdFHtwH4j5WKg4xjZdKnd/>. Acesso em 14 dez. 2023.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira.; SANTOS, Maria de Fátima Souza; ALÉSSIO, Renata Lira. Maconha e representações sociais em matérias de jornal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 34, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/F3gmLyWDhx9Cwmfzp6DWGVp/>. Acesso em 17 dez. 2023.

STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. p. 330-391. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

USMAN, Jarjani; YUSUF, Yunisrina Qismullah. The dehumanizing metaphors in the culture of Acehese in Indonesia. **Indonesian Journal of Applied Linguistics**, Indonésia, v. 10, n. 2, p. 397-405, 2021. Disponível em: <https://ejournal.upi.edu/index.php/IJAL/article/view/28611/13015>. Acesso em: 09 jan. 2024.

VAES, Jeroen; PALADINO, Maria Paola; HASLAM, Nick. Seven clarifications on the psychology of dehumanization. **Perspectives on Psychological Science**, Estados Unidos,

v. 16, n. 1, p. 28-32, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1745691620953767?journalCode=ppsa>. Acesso em 23 jan. 2024.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VIANNA, Priscila Cravo; NEVES, Claudia Elizabeth Abbês Baêta. Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 16, n. 1, p. 31-38, jan.-abr. de 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/qVxX4MFwv6DyXqKfwFBbJCP/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ZALUAR, Alba Maria. Nexos entre droga, violência e crime organizado. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v.7, n.17, p.55-76, set.-dez. de 2019. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/475>. Acesso em 16 abr. 2023.

ZEILMANN, Cassius. **A performance teatral no telejornalismo (dito) sensacionalista - Os recursos de dramatização de Marcão do Povo no Primeiro Impacto**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2021.



www.revistafenix.pro.br

Recebido em: 20/11/2024
Parecer dado em: 20/01/2025